

EMENDA

EMENDA ADITIVA ao Projeto de Lei nº 39/2025, que institui o Marco Regulatório da Compensação de Créditos e Débitos do Município de Santo André e dá outras providências.

Senhor Presidente

EMENDA ADITIVA AO ART. 5º DO PROJETO DE LEI 39/2025

O Art. 5º do Projeto de Lei nº 39/2025 passa a vigorar acrescido dos parágrafos 6º e 7º, com as seguintes redações:

"Art. 5° [...]

§ 6º - O Poder Executivo fica obrigado de enviar à Câmara Municipal relatório informativo de cada rodada de negociação realizada, no prazo de 60 dias após a homologação dos acordos pelo Poder Judiciário.

§ 7º - O procedimento realizado no âmbito do Programa de Compensação Fiscal Tokenizada não trará ônus ao Poder Executivo, os custos exigidos pela plataforma eletrônica serão suportados pelas partes que efetivarem a transação."

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 25 de novembro de 2025.

BAHIA Vereador BAHIA DO LAVA RÁPIDO Vereador BISPO CÉLIO LOPES
Vereador







CARLOS FERREIRA Vereador CLÓVIS GIRARDI Vereador

DR. MARCELO CHEHADE

Vereador

DANDAN Vereador DRA. ANA VETERINÁRIA Vereadora EDILSON SANTOS Vereador

DANIEL BUISSA Vereador LUCAS ZACARIAS Vereador DENIS GAMBÁ

dor Vereador

DR FABIO LOPES
Vereador

DR MARCOS PINCHIARI
Vereador

RICARDO ALVAREZ

Vereador

MAJOR VITOR SANTOS

Vereador

RODOLFO DONETTI Vereador TONINHO CAIÇARA

Vereador

VAVÁ Vereador WAGNER LIMA Vereador MARCOS DA FARMÁCIA Vereador

NINO BRANDÃO

Vereador

OSVALDINHO Vereador RENATINHO Vereador

TIAGO NOGUEIRA Vereador WILLIAM LAGO Vereador ZEZÃO Vereador







A presente emenda tem por finalidade aprimorar os mecanismos de transparência, fiscalização e responsabilidade administrativa previstos no Projeto de Lei nº 39/2025, que institui o Marco Regulatório da Compensação de Créditos e Débitos do Município de Santo André.

O Projeto de Lei, ao criar o Programa de Compensação Fiscal Tokenizada e instituir uma Plataforma Eletrônica de Compensação baseada em tecnologias de blockchain e tokenização, estabelece um sistema inovador e altamente técnico, que envolve a movimentação de valores substanciais e a atuação conjunta de contribuintes, procuradoria municipal, Poder Judiciário e demais órgãos envolvidos.

Diante desse cenário, torna-se essencial garantir que o Poder Legislativo receba informações atualizadas e detalhadas sobre a execução do programa. O § 6º proposto estabelece a obrigatoriedade de envio à Câmara Municipal de relatório informativo de cada rodada de negociação, no prazo de 60 dias após a homologação judicial, permitindo:

- controle externo efetivo, previsto no art. 31 da Constituição Federal;
- acompanhamento das políticas fiscais, assegurando que o programa esteja sendo aplicado conforme a legislação e os princípios da administração pública;
- transparência nas operações, dada a complexidade e a relevância financeira das compensações realizadas através do sistema tokenizado.

Já o § 7º assegura que o procedimento realizado no âmbito do Programa de Compensação Fiscal Tokenizada não trará ônus para o Poder Executivo, determinando que os custos decorrentes do uso da plataforma eletrônica sejam suportados pelas partes que realizarem a transação. Tal medida protege o erário municipal, garantindo que a implementação tecnológica do sistema não gere despesas adicionais ao Município, em harmonia com o princípio da responsabilidade fiscal e com o interesse público.

Assim, a emenda fortalece a transparência, o controle institucional e a proteção das finanças públicas, contribuindo para a correta implementação do Marco Regulatório proposto.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres colegas na aprovação desta emenda e do referido Projeto de Lei.

